

IDENTIDADE

Octávio Viana

© 2025 OCTÁVIO VIANA | SILENT PEN ®

IDENTIDADE

Publicado nos EUA e UE

Primeira impressão 2026 (1.^a edição)

Referência Interna SP2026.04 | 29.04.2026 | 18:51

silentpenltd@gmail.com

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, distribuída ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou outros métodos eletrônicos ou mecânicos, sem a permissão prévia por escrito do editor, exceto no caso de breves citações incorporadas em análises críticas e alguns outros usos não comerciais permitidos pela lei.



*A todos os que inventaram histórias sobre mim: obrigado pela
imaginação.
Em muitos momentos, foi melhor do que a minha.*

Prólogo

Há vidas que se perdem por excesso de ruído. E há outras que se perdem pelo contrário: pela disciplina fria do silêncio, pela capacidade meticulosa de apagar rastros, de arquivar versões e de dividir a verdade em compartimentos estanques até já ninguém saber ao certo qual deles contém o original.

A minha perdeu-se assim.

Não num escândalo. Não num colapso. Não numa noite dramática com sangue, sirenes ou uma mulher a bater a porta atrás de mim. Isso seria quase reconfortante. Daria à história uma geometria simples. Um antes. Um depois. Um culpado. Talvez até uma redenção, dessas que os leitores gostam de imaginar possíveis porque ainda não perceberam que a vida raramente fecha o círculo onde devia.

Não. A minha vida perdeu-se devagar, milimetricamente e com precisão, como se fosse gerida por um relojoeiro suíço. Primeiro desapareceu a inocência. Depois a confiança. Depois a distinção entre aquilo que eu fazia por necessidade e aquilo que passei a fazer por hábito. E, quando dei por isso, já não havia linha nítida entre o homem que assinava papéis com o seu nome e o outro, o que atravessava cidades, camas, empresas, tribunais e aeroportos com nomes de empréstimo, afectos de empréstimo e uma moral tão flexível que às vezes parecia inteligência.

Passei anos a chamar-lhe controlo.

Era uma palavra decente, limpa e apresentável. Dizia-a como quem fala de estratégia, de prudência e de gestão de risco. Soava melhor do que medo. Melhor do que fraude. Melhor do que solidão. Melhor, sobretudo, do que esta evidência desagradável: a de que um homem pode construir uma arquitectura inteira de segurança só para descobrir, demasiado tarde, que vive fechado dentro dela como um animal educado a confundir a jaula com a paisagem.

No centro de tudo houve sempre uma mulher.

Ou várias. Depende do nível de honestidade que cada um tolera. Porque uma mulher, quando entra numa vida destas, raramente entra sozinha. Traz consigo o corpo, claro, e o perfume, e a inteligência, e a fome, e a voz que fica a ecoar muito depois de a chamada terminar. Mas traz também nomes, versões, passados reescritos, silêncios, verdades incompletas e essa forma sofisticada de perigo que só certas mulheres dominam: a

capacidade de nos fazer querer saber mais precisamente no instante em que percebemos que já sabemos demais.

Foi aí que tudo começou a desfazer-se.

Não por amor. O amor, quando aparece em territórios contaminados, quase nunca é a causa principal de coisa nenhuma. É o solvente. A substância que acelera, expõe e dissolve. O amor não inventa as fissuras. Limita-se a entrar por elas. O mesmo vale para o desejo. E para a culpa. E para essa obscenidade emocional que homens como eu costumam tentar disfarçar com ironia, com distância, com bons casacos escuros e com frases suficientemente secas para parecerem lucidez.

Este livro nasce desse ponto de ruptura.

Não pretende absolver-me. Não pretende condenar ninguém. Não tem vocação para relatório, nem para confissão judicial, nem para literatura terapêutica; esse horror contemporâneo de pegar na dor, pô-la a render e chamar-lhe cura. O que estas páginas fazem é mais simples e mais perigoso: expõem as peças. Não todas. Nunca todas. Apenas as suficientes para mostrar o desenho de um mecanismo onde o amor se mistura com a vigilância, o sexo com a memória, a ternura com o cálculo, a identidade com a representação e a verdade com a sua irmã mais eficaz, que é a versão plausível dos factos.

Haverá quem leia isto como romance.

Haverá quem o leia como ajuste de contas.

Haverá quem reconheça pessoas, lugares, quartos de hotel, estratégias, erros, toques de telemóvel a horas indevidas, documentos que nunca deviam ter saído de certas gavetas, cidades demasiado belas para serem inocentes e mulheres demasiado lúcidas para acreditarem na inocência de homem algum.

Cada um fará o que quiser com o que aqui encontrar.

Eu já não tenho esse luxo.

Escrevo porque chegou a altura em que o silêncio começou a custar mais do que a exposição. Escrevo porque alguém, algures, decidiu usar fragmentos da minha vida como matéria-prima para jogos que me ultrapassam e porque, quando isso acontece, há apenas duas hipóteses: ou deixamos que nos narrem, ou tomamos de volta a narração mesmo sabendo que ela vem suja, falhada e irremediavelmente contaminada pelo ponto de vista de quem a escreve.

Eu escolhi a segunda.

Não por coragem.

A coragem é uma virtude sobrevalorizada, geralmente atribuída a quem já não tem alternativa.

IDENTIDADE

Escolhi escrever porque ainda reconheço a diferença entre desaparecer e ser apagado. E porque, neste mundo de identidades montadas, patrimónios invisíveis, fidelidades alugadas e afectos que servem simultaneamente de abrigo e de armadilha, talvez a única forma decente de resistir seja esta: fixar a voz antes que outro a use; deixar no papel uma versão imperfeita mas minha; e aceitar que, por vezes, a única verdade disponível é a que um homem consegue suportar sem desviar os olhos.

O resto virá depois.

Os nomes.

As casas.

As cidades.

As dívidas.

As mulheres.

Os corpos.

Os ficheiros.

As mentiras que pagavam melhor do que a honestidade.

E essa velha ilusão masculina de que é possível tocar o fogo sem ficar com o cheiro dele agarrado à pele.

Não é.

Nunca foi.

E foi precisamente por isso que entrei.

1

Antes dos Cinquenta

Portugal, Vila Nova de Gaia - Rua do Choupelo / cais / manhã

Acordei com o som de sempre. Não o despertador, esse tinha deixado de me fazer falta há anos, como certas pessoas. O som era o da cidade a montar-se por baixo da janela: grades de comércio a abrir, um caixote arrastado sobre calçada, o motor curto de uma carrinha de entregas a parar junto ao The Yeatman com a pontualidade surda do serviço. Flores, provavelmente. Ou roupa. Ou aquele tipo de encomenda que chega antes dos hóspedes acordarem para que o luxo pareça ter nascido sozinho durante a noite.

Fiquei deitado mais um minuto do que devia. Não por cansaço. Por uma coisa pior, que ainda não tinha nome àquela hora mas que já me pesava no estômago como o café bebido de véspera. Olhei para o tecto e o estuque rachado no canto, a mancha de humidade que reaparecia todos os invernos com a insistência de um credor e percebi que não me apetecia levantar. Não por tristeza. Por uma espécie de lucidez prematura, dessas que chegam antes de o corpo estar pronto e que fazem mais estragos do que qualquer insónia.

Levantei-me na mesma. Os pés no chão frio. A casa estava em silêncio com aquele silêncio específico das casas onde se vive sozinho há tempo suficiente para já não se notar. Fui à casa de banho, mijei e lavei a cara. No espelho vi o que via há meses: um homem de quarenta e nove anos que ainda passava por quarenta e quatro à luz certa, mas que à luz errada, a da manhã, a da verdade, a que entra por uma janela virada a nascente sem pedir licença, já mostrava a fadiga nos vincos entre o nariz e a boca, na pele mais seca junto às têmporas e no modo como os olhos demoravam a encontrar foco. Não envelhecia mal. Envelhecia com a precisão de quem sabia exactamente o que lhe estava a ser cobrado.

Dois espasmos depois, a máquina lá se dignou a cagar o *espresso*. Enquanto esperava, abri o portátil na bancada. Sete e doze da manhã. Os canais já tinham começado.

O primeiro era o mais antigo. Meia dúzia de homens que me conheciam há anos ou que achavam que me conheciam, o que para efeitos práticos dava quase no mesmo. O Pablo tinha mandado uma fotografia de um

pequeno-almoço qualquer num hotel de Lisboa, com a legenda “isto é que é vida, ó escritor de meia-tigela”. O Duarte respondia com um áudio de trinta segundos que eu sabia, sem ouvir, ser uma combinação de insulto e ternura. O Ignacio Valdivia colocara um *link* para um acórdão do Tribunal da Relação do Porto com a frase: “Lê isto e tenta não te atirar da ponte.” Respondi com uma fotografia do café e três palavras. Riram-se. Era o que bastava.

Os outros canais eram mais operacionais. Num deles, uma mensagem sem assinatura que reconheci pelo modo de pontuar (vírgula antes do verbo, nunca ponto e vírgula) reticências sempre em grupo de dois, nunca de três, avisava que um documento ia chegar durante a manhã por via segura. Noutra, alguém que há semanas não falava perguntava apenas se eu continuava no mesmo número. Não respondi. Noutra ainda, uma referência bancária que me devia ter chegado na véspera apareceu com catorze horas de atraso e sem nota explicativa. Anotei-a no bloco que ficava sempre ao lado do portátil, com o lápis de carpinteiro que teimava em usar porque os outros desapareciam e aquele, por ser feio e grosso, ninguém me roubava.

Banho. Camisa. O casaco leve que já tinha três invernos, escuro, sem marca visível, com os bolsos ligeiramente deformados pelo peso de telemóveis, chaves e cadernos que lá tinham morado e deixado rasto. Olhei para mim no espelho da entrada antes de sair. Passável. Contido. O tipo de homem que um vizinho descreveria como “discreto” e um adversário descreveria como “perigoso, mas só se lhe der tempo para pensar”.

Desci a rua.

A Rua do Choupelo faz uma selecção dura do que trazemos na cabeça. O declive obriga o corpo a comprometer-se com a gravidade e a gravidade, em Gaia, é sempre mais do que física. Passei pelo lado de serviço do hotel. Dois empregados de preto descarregavam caixas de vinho de uma carrinha sem logótipo. Um terceiro falava ao auricular com a autoridade mansa de quem organiza o mundo antes de o mundo dar por isso.

Mais abaixo, a cidade ganhava o tom habitual daquela hora: vassouras, portões, um cão a ladrar para o vazio, o escape gritante de uma mota que nunca se vê, mas que se ouve sempre. Ao fundo, o rio. Não o via ainda, mas sabia que estava ali pelo modo como o ar mudava, mais denso, mais pesado, com aquele cheiro de água que puxa o sal e que o Douro traz quando a maré está a mudar.

E foi aí, entre o segundo e o terceiro lanço de escadas da descida, com o joelho esquerdo a lembrar-me que a cartilagem não perdoa a indiferença, que percebi o que me tinha acordado antes do som.

IDENTIDADE

Não era medo.

Ou melhor, era medo, mas de uma espécie que eu ainda não conhecia. Nos últimos vinte anos tinha vivido com o outro, o clássico, o que qualquer homem nesta posição aprende a metabolizar como metaboliza álcool, com prática, com ritmo e com a disciplina de saber que a dose seguinte vem sempre. O medo de ser apanhado. De que alguém abrisse a caixa errada, cruzasse o nome errado, ligasse o ponto A ao ponto B com a paciência que só o Ministério Público ou um ex-sócio ressentido conseguem ter. Esse medo tinha-me acompanhado como um segundo coração, batendo por baixo do primeiro, mais lento, mais frio, mas sempre ali.

O que senti naquela manhã era outra coisa. Era o medo de que nunca me apanhassem. De que isto continuasse exactamente assim. Os canais, as mensagens, os papéis sem remetente, os documentos que chegavam à hora certa ao sítio certo, os nomes trocados, as contas em países que não me faziam perguntas, as casas que ninguém sabia que existiam, os advogados que sabiam de mim o suficiente para me serem úteis e o insuficiente para me serem perigosos, tudo isso a funcionar, tudo isso a rodar com a suavidade obscena de uma máquina bem oleada, para sempre.

Para sempre.

A palavra fez-me parar no meio da descida. Encostei-me a um muro de pedra que cheirava a musgo e tinha restos de cal. Um gato cinzento olhou para mim de cima de um contentor com a indiferença soberana que só os gatos e os juízes desembargadores conseguem ter. Fiquei ali uns segundos, a respirar, a sentir o peso do telemóvel no bolso esquerdo como se fosse uma arma que já não me apetecia carregar mas que não sabia onde pousar.

O problema não era o sistema. O sistema funcionava. Eu é que tinha deixado de sentir prazer nele.

Durante anos, a tensão fora o combustível. O engano sofisticado, a duplicidade exacta, o teatro de ser três ou quatro homens ao mesmo tempo sem que nenhum deles se desmoronasse em público, havia naquilo uma espécie de arte marcial silenciosa que me mantinha vivo, atento e ligado. Cada mensagem cifrada era um pequeno triunfo da engenharia. Cada reunião onde eu representava uma versão calibrada de mim mesmo era uma performance que ninguém aplaudia mas que eu sabia ter sido impecável. Cada vez que o meu nome, o verdadeiro ou o outro, aparecia limpo depois de uma operação suja, eu sentia qualquer coisa que não era orgulho mas que se parecia muito com satisfação.

Isso acabou.

Não sei quando. Não houve um dia, uma frase, ou um acontecimento. Foi como uma torneira que gota durante meses sem ninguém reparar até

que o balde transborda no meio da noite e acorda a casa toda. Num certo momento, talvez há seis meses, talvez há um ano, talvez aqui, agora, nesta manhã de quase-abril com o gato a olhar para mim e eu a olhar para o gato, deixei de sentir a corrente. A tensão continuava, mas já não me alimentava. A duplicidade continuava, mas já era só mecânica. O teatro continuava, mas eu via-me de fora, sentado na plateia, a assistir a uma peça que conhecia demasiado bem, com um actor principal que já não acreditava no texto.

Retomei a descida. O joelho protestou de novo ao segundo degrau. Cheguei ao cais quando os primeiros empregados dos restaurantes estavam a abrir toldos e a arrastar mesas para fora com o chiado metálico que é a banda sonora matinal de todas as frentes de rio turisticadas do mundo. Um tipo de avental sujo acenou-me como quem acena a um vizinho. Acenei de volta sem saber quem era.

Sentei-me num banco de pedra virado para o rio. Do outro lado, o Porto fazia aquela coisa irritante que o Porto faz: ser bonito sem esforço, empilhado, desordenado, com a Ribeira a descascar e as gruas a corrigirem o que os séculos tinham deixado torto. Um barco rabelo estava amarrado ali perto, imóvel, carregado com o peso simbólico de um passado que já só servia para fotografias.

Tirei o telemóvel. Abri o canal do costume. O Sanchez tinha escrito: “Ó mestre, estás vivo ou já te reformaste?” Respondi: “Vivo. A reforma é para quem pode.” Riu-se. Mandou um áudio. Não ouvi.

Olhei para o rio.

A verdade, e é sempre nos bancos de pedra virados para rios que a verdade resolve aparecer, como se precisasse de uma certa humidade no ar para se materializar, a verdade era esta: eu continuava funcional. Continuava preciso. Continuava a ler os documentos certos, a fazer as chamadas certas, a manter as distâncias certas, a produzir nos canais privados a quantidade exacta de banalidade necessária para que ninguém olhasse para baixo da superfície. Mas por dentro, e por dentro é uma expressão que me dá vergonha usar, como tudo o que é verdadeiro, por dentro acontecera qualquer coisa silenciosa e irreversível.

Era como se alguém tivesse aberto uma porta que eu mantivera fechada a vida toda e, em vez de entrar um monstro ou uma revelação, tivesse entrado luz. Luz branca, limpa e indiferente. A luz que mostra os móveis como são e não como os imaginamos. A luz que revela o pó, o desgaste e a nódoa no tapete que já lá estava há anos mas que o ângulo anterior da lâmpada nos permitia não ver.

Vi tudo.

IDENTIDADE

Vi os canais como aquilo que eram: mecanismos de cobertura vestidos de amizade. Vi os papéis sem remetente como aquilo que eram: coleiras de seda. Vi as casas escondidas como aquilo que eram: celas com vista para o mar. Vi os nomes, Octávio, Leilac, os outros que prefiro não dizer como aquilo que eram: versões empilhadas de um homem que nunca se decidiu a existir por completo em nenhuma delas.

E vi-me a mim. De fora. Como se fosse de outro.

Um homem sentado num banco de pedra em Gaia, de casaco escuro, com um telemóvel no bolso e quarenta e nove anos de uma vida que, vista dali, parecia simultaneamente bem construída e completamente oca.

Não era crise. Uma crise tem drama, tem ruptura e tem o conforto narrativo de um antes e um depois. Isto era pior. Era clareza. A clareza fria de quem acorda numa manhã qualquer e percebe, sem angústia e sem epifania, que o medo mudou de forma. Que já não é o medo de cair. É o medo de que o chão aguente para sempre.

O telemóvel vibrou. Olhei para o ecrã. Número italiano. Não atendi.

Fiquei ali mais uns minutos, a olhar para o rio, a ouvir a cidade montar-se à minha volta com a indiferença eficiente de quem não precisa de mim para funcionar. Depois levantei-me, limpei as mãos às calças por hábito e comecei a subir de volta.

A subida é sempre mais difícil do que a descida. É uma verdade da Rua do Choupelo e de quase tudo o resto.

A meio do caminho, parei junto à porta de serviço do Yeatman. Um empregado saía com um saco de lixo. Olhou para mim. Eu olhei para ele. Nenhum de nós disse nada. O lixo cheirava mal, mas bem ao mesmo tempo, tal como deve ser o lixo de um hotel de luxo. O homem desapareceu por uma porta lateral e eu fiquei ali, de pé, a olhar para a porta como se ela tivesse alguma coisa para me dizer.

Não tinha.

Continuei a subir.

Em casa, o portátil continuava aberto na bancada. O ecrã tinha adormecido. Toquei no *trackpad* e a luz voltou. Os canais tinham novas mensagens. O documento prometido ainda não tinha chegado. A referência bancária continuava anotada no bloco, com a minha letra inclinada e o traço grosso do lápis de carpinteiro, à espera de ser verificada.

Sentei-me na cadeira da cozinha. Bebi o resto do café, já frio. Olhei para as caixas empilhadas no corredor: o arquivo, os contratos velhos, as pastas com nomes que já deviam ter sido destruídas e as cópias que guardava por cobardia ou por um instinto de acumulação que nunca soube se era prudência ou doença. Ali estava tudo. O meu passado em papel, em

OCTÁVIO VIANA

tinta e em assinaturas que podiam ser armas ou sepulturas, conforme a mão que as abrisse.

O telemóvel vibrou de novo. Número italiano, outra vez. Desta vez atendi.

Não disse olá. Nunca digo.

2

A Vida Que Não Pode Assumir

Portugal, Vila Nova de Gaia - Rua do Choupelo / cais / manhã

O telefonema durou menos de dois minutos. Uma voz feminina, profissional e sem nome. Confirmava a chegada de um envelope por correio expresso na manhã seguinte, com referência a um contrato de manutenção de propriedade no norte de Itália. Disse que sim, que esperava. Desliguei. Fiquei com o telemóvel na mão a olhar para o ecrã já apagado como se ele pudesse dizer-me mais alguma coisa.

Contrato de manutenção. Era assim que se chamava agora. Havia uma casa no Lago di Como que eu não visitava há meses e que continuava a custar-me dinheiro com a regularidade muda de um órgão que funciona sem o dono lhe prestar atenção. Jardim, aquecimento, seguro, inspecção de humidade e limpeza quinzenal. Tudo pago por uma sociedade luxemburguesa constituída em Novembro de 2011 que por sua vez era detida por um *trust* registado nas Ilhas do Canal, que por sua vez recebia fundos de uma conta operacional em Singapura alimentada por *royalties* fictícios de direitos editoriais que ninguém lia. Se alguém tentasse seguir o fio, levaria seis anos e três jurisdições a chegar a um nome que já nem sequer usava. O meu.

Era uma casa bonita. Pedra clara, telhado de ardósia e uma varanda estreita sobre a água com um gradeamento de ferro que precisava de ser pintado todos os anos e nunca era. Três quartos, um deles com uma cama que escolhi pessoalmente num antiquário de Bellagio - ferro forjado, colchão de espuma viscoelástica, lençóis de linho irlandês que custaram mais do que a cama. Tinha lá uma garrafa de Barolo de 1997 que guardava para uma ocasião que nunca chegou. Tinha livros. Tinha uma vista que nos primeiros minutos fazia esquecer tudo e ao fim de uma hora fazia lembrar tudo o resto.

Nunca levei lá ninguém.

Ou melhor, levei uma vez. Mas isso é outra história e esta manhã não me apetece entrar nela.

Vesti o casaco - o mesmo, sempre o mesmo, escuro, sem etiqueta visível, com o forro já gasto no bolso direito de tanto carregar o peso de coisas que não cabem em bolsos - e saí para a Rua do Choupelo com a intenção vaga de tomar um segundo café nalgum sítio que não fosse a minha

cozinha. A manhã tinha aquela luz indecisa de quase-abril que em Gaia tanto pode virar sol como desistir para o resto do dia.

Desci até à zona do cais. Não ao banco de pedra onde tinha estado antes. A um café sem nome especial, com uma máquina que fazia um barulho de oficina e mesas de alumínio onde a água da chuva secava em círculos. Pedi um café duplo e sentei-me virado para a rua. Uma senhora arrumava caixas de fruta à porta de uma mercearia. Dois miúdos passaram a correr com mochilas pesadas demais para o tamanho deles. Um homem de fato cinzento falava ao telemóvel encostado a um carro que devia ter custado o mesmo que o meu mas que parecia custar o triplo.

O meu carro. Esse era parte do teatro.

Um Peugeot 308 de 2019, cinzento, sem extras visíveis, com oitenta e sete mil quilómetros e uma nódoa no banco do passageiro que já tinha desistido de limpar. Estacionava-o na rua como qualquer vizinho. Não tinha garagem. Não tinha motorista. Quando precisava de ir ao Porto, ia no carro, estacionava nas ruas laterais da Boavista ou nos parques dos centros comerciais e voltava com o recibo no porta-luvas. O seguro estava em meu nome. O nome verdadeiro. Octávio Viana, contribuinte português, morada fiscal noutra rua, rendimentos declarados compatíveis com a vida de um escritor que vende mas não brilhantemente, complementados por uns direitos de consultoria técnica e umas outras coisas que apareciam nos extractos com a irregularidade convincente de quem não tem patrão.

A casa de Gaia reforçava a narrativa. Arrumada, limpa, com móveis que não eram novos e nem velhos - o tipo de recheio que se acumula ao longo de anos por funcionalidade e não por gosto, uma estante Billy da IKEA ao lado de uma cómoda antiga que a minha mãe me deu, cadeiras que não combinavam e uma televisão de tamanho médio que ligava sobretudo para ver notícias com o som baixo enquanto cozinhava. Cozinhava razoavelmente. *Pasta*, peixe grelhado, arroz. Nada que impressionasse ninguém. Nada que levantasse perguntas, com exceção das trufas brancas de Alba que compra diretamente em Itália pela altura de novembro.

O restaurante ficava a dez minutos a pé, numa travessa que descia para o rio. A dona conhecia-me pelo nome. Sentava-me sempre na mesma mesa, ao fundo e contra a parede. Pedia quase sempre o mesmo: sopa, prato do dia, água sem gás. Às sextas-feiras arriscava um copo de vinho, nunca dois. Pagava em dinheiro. Deixava uma gorjeta discreta. A dona dizia aos outros clientes que eu era escritor. Eles acenavam com a cabeça e voltavam aos seus pratos. Ninguém faz perguntas a um escritor que come sozinho ao fundo do restaurante. É uma das vantagens do ofício.

IDENTIDADE

O casaco tinha três anos e eu não o trocava por uma razão que nada tinha a ver com avareza. Tinha a ver com coerência. Um homem que ganha o que eu declaro ganhar não compra casacos todos os anos. Não usa relógio caro. Não tem sapatos de marca. Veste-se com a dignidade neutra de quem vive dentro dos seus meios e não faz questão de mostrar nem mais e nem menos. É uma disciplina. Uma disciplina que ao fim de vinte anos se torna uma segunda natureza e que, como todas as segundas naturezas, é mais difícil de largar do que a primeira.

Por baixo disso - e é sempre por baixo, sempre enterrado, sempre a uma ou duas camadas de distância do que se vê - existia a outra arquitectura.

A casa no lago era só o princípio. Havia um apartamento em Madrid, no bairro de Salamanca, registado em nome de uma sociedade espanhola com um administrador que era um advogado galego reformado a quem pagava uma *retainer* anual para não fazer rigorosamente nada. Havia um estúdio em Berlim, Kreuzberg, alugado a longo prazo por uma GmbH que tinha como único activo o contrato de arrendamento e como único movimento bancário a transferência mensal da renda. Havia a casa na Sicília, a de Scopello, essa mais exposta, mais minha, a única que sentia como refúgio e não como mecanismo, embora mesmo essa tivesse sido adquirida através de uma *offshore* maltesa que já não existia quando a escritura foi lavrada.

E havia o dinheiro.

O dinheiro era o cerne de tudo e ao mesmo tempo a coisa que menos tocava. Distribuído por sete jurisdições, em contas que geravam juros modestos porque a modéstia era o objectivo. Nada espectacular. Nada que disparasse alertas. Fundos de obrigações europeias aqui, ETFs de ouro ali, um depósito a prazo em Singapura que renovava automaticamente a cada seis meses, participações minoritárias em duas empresas de serviços que funcionavam como veículos de passagem. O total não era obsceno. Não comprava iates e nem ilhas. Mas comprava liberdade - se liberdade fosse uma coisa que se pudesse de facto comprar, que era exactamente o problema.

Porque eu não podia usá-lo.

Não no sentido em que se diz que não se pode comer chocolate durante a dieta. No sentido literal, operacional e jurídico. Se transferisse amanhã cinquenta mil euros da conta de Singapura para a minha conta portuguesa, o *compliance* do banco abriria um inquérito antes de o dinheiro aquecer. Se comprasse um carro melhor do que o Peugeot, alguém - o vizinho, o contabilista, o inspector das Finanças que passa os dias a cruzar registos - perguntaria de onde veio o dinheiro. Se pagasse a dívida que me perseguia,

a que tinha nome, número e uma injustiça calibrada ao milímetro, teria de explicar a origem dos fundos. E a explicação, por mais engenhosa que fosse, deixaria um rasto que ligava a frugalidade de cima ao cofre de baixo.

A dívida. Voltarei a ela. Não agora.

O que importa perceber nesta manhã, com o café a arrefecer na mesa de alumínio e a senhora da mercearia a endireitar laranjas como se o mundo dependesse do seu alinhamento, é a geometria exacta da prisão.

Um homem com dinheiro que não pode gastar é diferente de um homem pobre. O homem pobre sabe o que lhe falta e pode pelo menos sonhar com a solução. O homem com dinheiro bloqueado vive com a solução no bolso e a impossibilidade de a tirar de lá. Cada gesto tem de ser medido, não pela sua bondade ou pela sua utilidade, mas pela sua legibilidade. Posso parecer isto? Posso parecer aquilo? Quantas vezes por ano posso jantar fora sem que alguém note uma discrepância? Quantos voos posso apanhar antes de o padrão se tornar incompatível com o escritor modesto da Rua do Choupelo?

Há dias em que a contenção me sai com naturalidade. Há outros em que pesa como roupa molhada. Há dias em que olho para a conta de Singapura no ecrã do portátil - porque a consulto, claro que a consulto, com a regularidade ritual de quem verifica um pulso - e sinto uma espécie de náusea ao perceber que aquele número é simultaneamente a prova de que fui competente e a medida exacta da minha impotência.

A riqueza que não pode respirar apodrece. Não no sentido financeiro - os juros continuam, os fundos reequilibram-se, as sociedades pagam os seus custos e renovam os seus registos com a pontualidade de relógios suíços. Apodrece no sentido humano. Transforma o seu dono numa espécie de conserveiro que passa a vida a selar frascos que nunca abre. A comida lá dentro continua tecnicamente comestível. Mas ninguém a come. E o conserveiro envelhece ao lado dos frascos, orgulhoso do seu armazém e faminto.

Paguei o café. Cento e vinte cêntimos. Moedas. Voltei a subir.

A meio da subida parei junto a uma porta de garagem aberta. Lá dentro, um homem reparava uma motorizada velha. Tinha as mãos sujas de óleo e uma expressão de concentração limpa, total, a de quem resolve um problema com as ferramentas que tem. Invejei-o por três segundos. Depois continuei.

Em casa, abri o portátil e verifiquei as contas. Não as do banco português - essas não tinham interesse nenhum, saldo curto, movimentos previsíveis, o extracto de um homem que existe dentro dos seus meios. As outras. A de Singapura tinha creditado juros na véspera: quatro mil

IDENTIDADE

setecentos e doze dólares. O ETF de ouro em Zurique subira meio ponto. A sociedade espanhola de Madrid tinha debitado a renda mensal do apartamento vazio. A GmbH de Berlim estava estável. A *offshore* que geria a casa do lago precisava de aprovação para o pagamento ao jardineiro.

Aprovei. Cliquei num botão. Quatro mil euros para um homem cortar sebes e limpar folhas numa casa onde eu não punha os pés há meses. O gesto durou dois segundos. Não senti nada. Ou senti o que se sente quando se rega uma planta que se sabe que nunca vai dar flor.

A questão não era dinheiro. Nunca fora dinheiro. A questão era que toda aquela arquitectura - as sociedades, os *trusts*, as contas, as casas, os contratos de manutenção, os advogados discretos em três países, os contabilistas que sabiam exactamente o necessário para serem úteis sem serem perigosos - tudo aquilo existia para preservar uma coisa que eu não conseguia definir sem que a definição soasse a mentira.

Chamava-lhe segurança. Mas segurança contra quê? Contra os outros? Contra o Estado? Contra mim próprio?

Chamava-lhe independência. Mas independente de quem? Era tão dependente da estrutura como um astronauta é dependente do fato. Se alguma coisa falhasse - uma jurisdição que mudasse de regime, um advogado que morresse ou fosse preso, um banco que decidisse perguntar demais - toda a máquina podia travar de um dia para o outro. E eu ficava na Rua do Choupelo, com o Peugeot, o casaco de três anos e a impossibilidade de explicar a quem quer que fosse por que razão tinha casas em países que não visitava e dinheiro em sítios que não conseguia alcançar.

Chamava-lhe liberdade. E isso era a maior mentira de todas.

O envelope italiano chegaria na manhã seguinte. Mais um papel. Mais uma assinatura. Mais uma camada de protecção que era também mais uma camada de prisão. Assinaria, como sempre. Confirmaria, como sempre. E depois guardaria o papel numa das caixas do corredor, junto aos outros, empilhados com o cuidado obsessivo de quem constrói um arquivo que nunca poderá mostrar a ninguém.

Nem aos amigos. Nem a uma mulher. Nem a um herdeiro.

Nem a um herdeiro. A frase ficou na sala depois de a pensar, pesada como mobília. Não tinha filhos. Não tinha testamento. Se morresse amanhã - um AVC no meio da subida, o joelho a ceder de vez, a queda, a ambulância que demoraria vinte minutos - ninguém saberia das contas, das casas, dos contratos. A irmã herdaria o meu casaco e pouco mais. O resto apodreceria em servidores e cofres até os custos de manutenção comerem o capital ou até alguém, daqui a vinte anos, encontrasse um papel solto

numa caixa e começasse a fazer perguntas que já ninguém saberia responder.

Riqueza sem herdeiro é um monumento ao absurdo. Como um farol construído numa ilha onde nunca passam barcos.

O telemóvel vibrou. Uma mensagem no canal mais antigo. O Pablo mandava uma fotografia de um pastel de nata com a legenda: “Isto é que é a vida, ó poeta.” O Duarte respondia com um *emoji*. O Ignacio Valdivia escrevia: “Já saiu a lista das promoções no MP. Chora comigo.”

Ri-me. Um riso curto, seco e sozinho na cozinha. O riso de um homem que tem amigos que o fazem rir e uma vida que não lhes pode contar.

Fechei o portátil. Fui à janela. Via-se o telhado do Yeatman, a curva do rio, as gruas e os barcos. A cidade inteira ali em baixo, a funcionar, a comprar, a vender e a existir sem o peso de ter de justificar cada gesto.

Fiquei ali. De pé. Com o casaco ainda vestido. À espera do envelope que chegaria amanhã, como chegam sempre, pontuais, limpos, irrepreensíveis. Mais um papel para a caixa. Mais um fio na teia. Mais uma prova de que tudo funcionava exactamente como devia funcionar.

E era isso que me matava.